

**ATA DO DÉCIMO SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA, REALIZADO NA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e quarenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara, primeiro-vice-presidente deste Parlamento e coordenador da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em parceria com a Subsecretaria de Políticas Públicas para Pessoas Idosas, o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Sead), foi aberto o Décimo Seminário Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Autoridades, parlamentares, representantes de entidades de classe e das organizações não governamentais, profissionais da área da saúde, da segurança pública e da assistência social, professores, acadêmicos, senhoras e senhores, boa tarde! Sejam todos muito bem-vindos! Este evento está sendo transmitido ao vivo pela TV Alems; pela TV aberta no canal 7,2; pela Rádio Alems, conectada com a Rádio Senado, na frequência 105,5; e pelas nossas plataformas digitais. Informamos que temos wi-fi disponível. Para acessar, localize em seu dispositivo a Rede Alems e navegue com total segurança. Os registros fotográficos deste evento estarão disponíveis na galeria do site da Alems. As notas taquigráficas também serão disponibilizadas no site da Alems, dentro do prazo regimental. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do deputado Renato Câmara, primeiro-vice-presidente deste Parlamento e coordenador da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, em parceria com a Subsecretaria de Políticas Públicas Para Pessoas Idosas, o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e a Secretaria de Estado da Cidadania realizam o Décimo Seminário Estadual de Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa. Este evento é o encerramento da programação da "Campanha Junho Prata", instituída pela Lei nº 5.215/2018, de autoria do deputado Renato Câmara. O objetivo deste seminário é discutir desafios, soluções e experiências bem-sucedidas na defesa dos direitos dos idosos. A programação deste ano tem como eixo central o tema: "Experiências exitosas do Brasil e perspectivas para Mato Grosso do Sul". Pois bem. Agora, vamos à composição da Mesa. Convidamos o deputado Renato Câmara, coordenador da Frente Parlamentar em Defesa

dos Direitos da Pessoa Idosa... Convidamos a secretária de Estado de Cidadania, senhora Viviane Luiza da Silva, representando, neste ato, o Governo do Estado... Convidamos a senhora Leandre Dal Ponte, deputada federal licenciada e atual secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Estado do Paraná... Convidamos o defensor público senhor Bruno Augusto de Resende Louzada, coordenador auxiliar do Núcleo dos Direitos Humanos da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, neste ato, representando o defensor público-geral, doutor Pedro Paulo Gasparini... Convidamos a professora senhora Zirleide Silva Barbosa, subsecretária de Políticas Públicas Para a Pessoa Idosa... Convidamos a senhora Juliane Bonetti, presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social - Coegemas... Convidamos a senhora Irma Macário, presidente do Conselho Estadual da Pessoa Idosa... Senhoras e senhores, teremos, neste momento, a execução do Hino do Estado de Mato Grosso do Sul, letra de Jorge Antônio Siufi e Otávio Gonçalves Gomes e música de Radamés Gnattali. [Execução do hino]... Registrarmos a presença do professor doutor Ramon Penha, membro da Frete Parlamentar em Defesa da Pessoa Idosa, representando, neste ato, a UFMS; do senhor José Sarmento, secretário adjunto de Cidadania de Mato Grosso do Sul; da senhora Silvana Aves Corrêa, secretária de Assistência Social de Aral Moreira; do senhor Sérgio Wanderly, presidente do Conselho Estadual de Assistência Social; do advogado Nelson Alfonso, representando, neste ato, o presidente da OAB Seccional MS, doutor Bito Pereira. Senhoras e senhores, para abertura oficial deste seminário, anunciamos o proponente, deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa) — Invocando a proteção de Deus, em nome da liberdade e da democracia, cumprimentando a todos, declaro aberto o "Décimo Seminário Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa", em parceria da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, a Secretaria de Estado da Cidadania, a Subsecretaria de Políticas Públicas para Pessoas Idosas, o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, com o objetivo de promover um espaço de diálogo entre as instituições que compõem a Rede de Enfrentamento da Violência Contra as Pessoas Idosas de Mato Grosso do Sul, e ainda promover ações que levem ao cumprimento do Estatuto do Idoso. Quero agradecer à senhora Viviane Luiza da Silva, secretária de Estado da Cidadania, pela presença. Parabéns pelo trabalho à frente daquela importante instituição. Quero saudar a senhora Leandre Dal Ponte, deputada federal licenciada e secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Estado do Paraná. Você saiu de um frio danado lá do Paraná, mas está sendo acolhida por todos nós, pelo calor humano e pelo clima de Mato Grosso do Sul. Quero saudar o defensor público doutor Bruno Augusto de Resende Louzada,

coordenador auxiliar do Núcleo dos Direitos Humanos, representando, neste ato, o defensor público-geral, doutor Pedro Paulo Gasparini. A Defensoria Pública é uma parceira incansável e fundamental da Assembleia Legislativa. Quero saudar também a subsecretária de Políticas Públicas Para a Pessoa Idosa, senhora Zirleide Silva Barbosa, nossa grande parceira, que está presente em todos os nossos debates aqui na Assembleia Legislativa, está sempre encaminhando várias políticas importantes. Ela tem cumprido sua missão. Quero agradecer à senhora Juliane Bonetti, presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais e Assistência Social do Coegemas, pela presença. Ela é prata da casa lá do município de Ivinhema. Juliane, eu conheço o seu trabalho. Quando eu era prefeito, a Juliane era assistente social. Ela evoluiu demais. Hoje tem feito um trabalho muito importante lá no município. Quero saudar a senhora Irma Macário, presidente do Conselho Estadual da Pessoa Idosa. A comunidade civil está sempre presente nos debates, trazendo ideias, reclames, encaminhamentos. É muito importante a sua participação. Muito bem. Agora, de forma especial, convidamos o coral da Assembleia Legislativa, que, sob a coordenação da senhora Marlene Figueira, apresentará três canções. Quero agradecer ao nosso coral, que sempre abrilha os nossos eventos. Quem canta os males espanta.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Severina da Silva) — Para abrilhantar a nossa tarde, teremos, agora, a apresentação do coral da Assembleia Legislativa, que, sob a coordenação da senhora Marlene Figueira da Silva e regência e arranjo vocal do maestro Nillo Cunha, vai nos brindar com três músicas: "Pense em Mim", dos compositores Douglas Mário José Ribeiro e Mário Soares; "De Volta ao Aconchego", dos compositores Dominguinhos e Nando Cordel; e "Terra Querida", dos compositores Heloiza Luiza e Luiz Querino. [Apresentação musical]... Agradecemos ao coral pela belíssima apresentação. Registrados e agradecemos a presença da professora doutora Débora Teixeira, coordenadora dos Campus Unigran Capital; da senhora Maria Fernanda, assessora parlamentar do senador da República Nelson Trad Filho; da senhora Ana Passa Lorenzoni, coordenadora do Comitê Nacional da BPW Sênior; do senhor vereador Walter Brandão, de São Gabriel do Oeste; do senhor Cid Pinto Barbosa Júnior, chefe do Núcleo do Direito da Pessoa Idosa da SAS; da professora Mariuza Nunes de Araújo Nascimento, primeira-dama, representando, neste ato, a Secretaria de Assistência Social do município de Taquarussu; da senhora Renata Gimenez, gestora de Assistência Social em Chapadão do Sul; da senhora Dixie Costa, secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Rita do Pardo; da senhora Lizéia Aparecida Vogler, secretária adjunta de Assistência Social de Chapadão do Sul; da senhora Adriana Frutuosa, representando a Casa Lar do Idoso, de São Gabriel do Oeste; e da senhora Magda Vidal, coordenadora do Projeto Conviver, do município de Taquarussu. Anunciamos, neste momento, o proponente, deputado Renato Câmara, para o seu pronunciamento.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa) — Mais uma vez, agradeço a todos pela presença. Quero saudar a Patrícia. Parabéns pelo trabalho de longa data no Coegemas. Quero agradecer ao Sérgio Vanderly, participante de tantos debates, não é, Sérgio? Quando eu fui prefeito em Ivinhema, o Sérgio sempre ficava lá em casa. Acho que ele que fez a "mosquinha me picar" para eu discutir este tema tão relevante aqui na Assembleia Legislativa. E a gente vem tratando do tema aqui há bastante tempo. Quero saudar o vice-prefeito de Tacuru, Zé Antônio. Ele está chegando ali. Eu o reconheci pelo chapéu. Quero saudar todo pessoal da Assistência Social. É importante a participação de vocês. Eu estava dizendo para a Zirleide que este assunto se torna mais importante e mais presente em nossas vidas a cada dia que passa. E como eu disse a ela, daqui a pouco eu vou estar falando sobre envelhecimento, mas vou estar falando com justa causa, já idoso. Porque o tempo passa tão rapidamente, que, quando a gente se dá conta, os direitos sobre os quais a gente ouvia falar no passado, já estão fazendo parte da nossa vida. Quero agradecer ao vereador Sérgio Nogueira pela presença. Foi ele que criou, em Dourados, a Frente Parlamentar Municipal, e tem feito um belíssimo trabalho em prol das pessoas idosas. É importante a sua presença. É importante a presença de todos os vereadores. Quero saudar o Walter Brandão, sangue novo na política, de São Gabriel. Ele também tem militado em prol desta causa. Há pouco, alguém me perguntou, secretária Viviane, quais avanços foram alcançados nesses dez anos de debate, nesses seminários que a gente tem promovido. Vários avanços. Mas eu acho que algo que merece destaque é o Junho Prata, de nossa autoria. Hoje, ele acontece em praticamente todos os municípios do estado, com debate, com ações. O Junho Prata não é apenas uma política de responsabilidade do Estado. O projeto é transversal. O Estado discute, promove, busca parcerias; mas os municípios, cada vez mais, estão promovendo eventos, com a participação de entidades, de instituições, das câmaras de vereadores, da OAB, dos conselhos. E de lá para cá, nós já obtivemos outro avanço gigante, que foi a aprovação do Fundo Estadual do Idoso. Quando nós conseguimos emplacar essa lei, juntamente com os demais integrantes da Frente Parlamentar em Defesa do Direito da Pessoa Idosa, e apresentá-la ao Governo do Estado, alguns detalhes precisaram ser alterados, mas ela foi implantada, e os municípios viram que o Estado fez as ações, e logo eles começaram a correr atrás para fazer também. Hoje eu conversei aqui com a secretária de Chapadão do Sul, e ela me disse que a cada ano o município vem aumentando a arrecadação do fundo, através do Imposto de Renda. Então, se não houver um fundo, o recurso acaba ficando perdido ou sendo direcionado para outros segmentos e outras atividades. Hoje nós faremos aqui esse importante debate com a deputada federal do Paraná. Ela tem discutido isso na Câmara Federal, é autora de leis importantes no Congresso Nacional, participou da criação das frentes federais, e atua de

maneira significativa no Governo do Paraná. Atualmente, ela se encontra licenciada de seu cargo de deputada, e é secretária de Assistência Social. Hoje ela vai compartilhar um pouco da sua experiência conosco. Nós poderemos refletir sobre os caminhos que também podemos trilhar. Muitas vezes, nós seguimos por caminhos diferentes, mas queremos chegar ao mesmo lugar, a um lugar de dignidade para todos que envelhecem. Outro ponto importante que o seminário traz é a questão da habitação. A gente vê que as famílias estão ficando cada vez mais reduzidas. Eu mesmo fui criado em uma família grande. Minha avó faleceu com cem anos de idade, com dez filhos, sendo sete mulheres e três homens. E as sete filhas se revezavam nessa rede familiar de atenção. Nosso estado perdeu essa característica, já não tem mais famílias grandes. As pessoas querem viver sozinhas. Mesmo com tantos caminhos que a vida oferece, muita gente quer se dedicar à profissão, ao trabalho, quer contribuir mais para a sociedade. Essa é uma tendência. Portanto, nós temos de buscar alternativas, até porque todos nós envelhecemos. Uns dias atrás, eu recebi um folhetinho de um senhor sobre este tema. E ele me disse: "Deputado, euuento com o seu apoio nesta pauta." Aí eu fui ver o tema. Tratava-se dos 80+. Então eu disse a ele: que bom. Agora eu não quero mais ser 60+, quero ser 80+. Estou chegando perto... Aliás, perto não, ainda estou longe. Mas a gente precisa pensar nessa política pública e aplicá-la nos municípios. Outro ponto relevante que será discutido aqui é a questão da habitação. Aliás, quero agradecer ao palestrante do município de João Pessoa. A pessoa de idade não quer morar no fundo da casa de um parente, de um amigo, ela quer continuar com sua autonomia. Em filmes sempre aparecem aqueles condomínios de trailers nos Estados Unidos, aí eu penso: ficar em trailers, fazendo churrasco todo dia, jogando baralho à noite com os amigos, é bom, não é uma má ideia. É preciso discutir alternativas. Bom. Que nós tenhamos um seminário produtivo. Vamos discutir: acesso, etarismo no trabalho, acesso à educação, ações contra a violência patrimonial, universidade da maturidade, isenção de IPTU, ações contra despejos arbitrários, medidas protetivas. É importante registrar tudo isso. Depois eu quero anotar certinho todas essas pautas. Podemos discutir todas elas ao longo do ano. Que bom que vocês vieram aqui. Passo a palavra à senhora Irma Macário.

SENHORA IRMA MACÁRIO (presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa) — Boa tarde a todas e todos! Em nome do deputado eu cumprimento a Mesa. Eu quero chegar a 100+, com direitos e com garantias. Este é um momento importante para nós. Eu espero que, neste seminário, nas conferências municipais, estaduais e nacionais que faremos, possamos garantir os nossos direitos, porque para chegarmos a 60+, 70+, 80+, 90+ 100+, precisamos de qualidade de vida, precisamos de políticas públicas. As políticas públicas são fundamentais. Que nós aprendamos bastante neste seminário. Vamos levar todo o conhecimento que aqui vamos

adquirir para os nossos municípios, para os nossos locais de trabalho. Muito obrigada pelo convite. Boa tarde a todos!

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa) — Passo a palavra à Juliane Bonetti.

SENHORA JULIANE BONETTI (presidente do Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social) — Em nome dos gestores municipais de assistência social, quero agradecer à Mesa pela oportunidade de participar de mais um seminário. Pensar em políticas públicas para pessoas idosas é cuidar do nosso patrimônio. Como assistente social que sou, trabalhei bastante tempo com esse público, eu digo que é muito gratificante trabalhar com os idosos, porque eles aderem a todas as propostas que lhes são apresentadas. Então, a gente mais aprende com eles do que os ensina. É muito gratificante trabalhar com o público idoso. Quero agradecer mais uma vez a oportunidade. Desejo que nós tenhamos um bom seminário. Quando falamos em assistência social, na proteção, no enfrentamento da violência, precisamos lembrar que não existe política pública sem financiamento. Então, o Município está na luta para garantir assistência social a quem necessita. Precisamos pensar em novas estratégias de políticas públicas para pessoas idosas. Dizer que os recursos não acompanham essa resposta, seria leviano da nossa parte. Eu creio que precisamos fazer esse enfrentamento. Bom seminário a todos. Obrigada.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa) — Agradeço a presença da Ana Cristina Theodoro, vice-prefeita de Japorã; e do vereador Carlos César Soares, também de Japorã. Passo a palavra ao defensor público Bruno Augusto de Resende Lousada.

SENHOR BRUNO AUGUSTO DE RESENDE LOUSADA (defensor público da Defensoria Pública-Geral de Mato Grosso do Sul) — Boa tarde a todas e todos! Deputado Renato Câmara, em nome de Vossa Excelência, estendo meus cumprimentos às demais autoridades aqui presentes. É um prazer participar deste evento. Agradeço, em nome do doutor Pedro Paulo Gasparini, defensor público-geral. Eu represento aqui a Defensoria Pública e, em específico, o nosso Núcleo de Direitos Humanos. A doutora Taís, nossa coordenadora, não pôde comparecer. Quero registrar que, no próximo sábado, nós estaremos em mutirão para atender pessoas trans, para retificação de nome gênero. Por essa razão, a doutora Taísa não pôde comparecer. Agradeço a oportunidade. Parabéns ao coral! Muito linda e emocionante a apresentação. Eu vejo aqui as colegas e os colegas da UMA/UEMS, com quem tive a oportunidade de conversar. É muito bonito o projeto. O Plenário está praticamente lotado. A adesão dos municípios, das secretarias ao projeto



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO 10º SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA**

REALIZADA EM 26/06/2025

mostra o compromisso que nós temos com esta temática. Parabéns! O evento é um sucesso! Que Deus abençoe o nosso seminário.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa) — Quero saudar também a vice-prefeita e secretária de Assistência Social de Três Lagoas, Vera Helena Pinho. Muito boa a presença de Três Lagoas aqui. É importante a participação de todos... Passo a palavra à deputada federal Leandre Dal Ponte.

SENHORA LEANDRE DAL PONTE (deputada federal e secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Paraná) — Boa tarde, senhoras e senhores! Quero agradecer ao deputado Renato Câmara, que preside esta importante frente parlamentar, pelo convite. Eu trago saudações do povo paranaense ao povo sul-mato-grossense. Em seu nome, deputado, cumprimento os prefeitos, as prefeitas, os vice-prefeitos, os vereadores, as vereadoras, todos aqui presentes. E, de forma muito carinhosa, quero cumprimentar as pessoas 60+, motivo de nós estarmos aqui hoje. Quero cumprimentar, de modo especial, a presidente do Conselho Estadual, senhora Irma, que tem o grande desafio de representar a sociedade civil numa instância colegiada que faz a diferença na vida das pessoas. Quero cumprimentar também a minha querida amiga Viviane Luiza, que tem feito um trabalho incrível aqui no estado, mais do que fazem as pastas em que atuo no Estado do Paraná. Ela acumula o dobro de agendas, porque está em uma grande secretaria. No Paraná, a secretaria atende a mulher, a pessoa idosa e as questões raciais, e isso já é bastante trabalhoso. Aqui em MS, além dessas, a secretaria ainda atende outras áreas. É muito trabalho. Portanto, eu a parabenizo, Viviane, pelo empenho e também por trazer seu conhecimento a este evento e também pelo compromisso junto ao governador. Eu tenho certeza de que isso transforma a vida das pessoas. Quero cumprimentar, em nome das Zirleide e da Juliane, todos os profissionais que atuam na política de defesa da pessoa idosa. Cumprimentar cada uma e cada um de vocês, que têm como objetivo cuidar das pessoas, são essenciais. Nós estamos aqui hoje no décimo seminário. Isso é muito importante. Quero parabenizar a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul pela iniciativa de desenvolver um amplo debate todo ano sobre este futuro, que já chegou. O futuro é hoje. Quero agradecer pela oportunidade de, junto com vocês, poder aprender um pouquinho mais. Bem, eu venho trazer algumas experiências. Hoje, o grupo mais jovem da sociedade brasileira é as pessoas idosas, porque nunca antes houve uma geração tão longeva. A gente tem tudo para aprender mais e mais. E as pessoas que mais sabem sobre envelhecimento são, seguramente, aquelas que estão passando por esse processo. É óbvio que, a cada dia que passa, a gente fica mais velho, portanto, é importante estar conectado com aqueles que estão vivendo essa experiência. Eu vivi com

a minha mãe até ano passado. Ela quase completou noventa anos de idade. Eu me sinto muito privilegiada por ter vivido tal experiência. Mas, como boa paranaense, quero, para encerrar, fazer uma "provocação" a vocês. Eu digo provocação, mas, na verdade, vou lhes fazer um pedido. Eu quero que vocês pensem nas três pessoas que vocês mais amam. Sei que fazer isso é desafiador. Eu vou contar até três, depois vocês podem me dizer se conseguiram pensar em três pessoas... Todos pensaram? Alguém pensou em si? Olha só! É importante se amar. Este seminário é importante porque nos leva a refletir. Quero parabenizar o deputado Renato Câmara e todos os envolvidos na organização deste seminário. A gente sabe que vocês pensaram em todo o mundo; vocês se lembraram de todo o mundo, mas talvez poucos pensaram em si mesmos. Este é um momento oportuno para o Governo, a sociedade e os municípios pensarem nesta política do futuro, do futuro que chegou. Daqui a gente vai ter um tempinho para conversar mais. Isso é muito bom. Deputado, obrigado pela oportunidade. Sempre que precisar, conte com o Paraná. Aquele povo, que, assim como o povo sul-mato-grossense, é muito hospitalero. Eu me sinto aqui hoje no melhor lugar do mundo, porque, para mim, o melhor lugar do mundo é dentro de um abraço. E mesmo chegando aqui congelada, porque está muito frio, senti o calor humano, fui recebida pelo Governo do Estado. Eu vou levar ótimas lembranças daqui. E tenham certeza de que vocês ganharam mais uma fã, porque eu vi que coisas boas demais estão acontecendo neste estado. O povo daqui merece tudo isso. Muito obrigada.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa) — Há muitos paranaenses aqui no nosso estado, deputada. O sotaque paranaense é gostoso, não é, gente? É meio puxado. Bom, agora eu passo a palavra à secretária Viviane Luiza.

SENHORA VIVIANE LUIZA DA SILVA (secretária de Estado de Cidadania) — Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes! Com muita responsabilidade e gratidão, deputado Renato Câmara, estamos aqui, mais uma vez, mostrando que a organização da sociedade civil, os parlamentares municipais, os vereadores, os vice-prefeitos, os prefeitos, os vereadores, as secretárias, os secretários, todos nós estamos junto com o Governo do Estado, com a Assembleia Legislativa, fortalecendo a política pública para a pessoa idosa. Parabéns ao senhor e a toda equipe que têm feito um ótimo trabalho, com constância, com dedicação, e o resultado está aí para todos verem. Muito obrigada. Eu quero dar boas-vindas a duas grandes e queridas pessoas que nos receberam muito bem na Paraíba: a Gilmara e a Magda. O senhor, deputado, falou, não é? Então, hoje teremos aqui diferentes sotaques para agraciar o nosso estado, que é um celeiro de pessoas que vêm de todos os lugares deste país. Assim foi formado este estado. Quero dar boas-vindas à secretária Leandra. Hoje ela teve o prazer de conhecer a sopa paraguaia. Ela experimentou

e aprovou. Deputada Leandra, é um prazer tê-la aqui para nos mostrar as políticas públicas e tudo o que o Paraná tem feito. Vamos fazer a troca de boas práticas. Assim nós fomos recebidas na Paraíba. Vimos o que a Paraíba tem feito para as pessoas idosas. De maneira muito especial, em nome da conselheira Irma, quero cumprimentar todas as pessoas idosas. Eu estou vendo aqui as amarelinhas e os amarelinhos da UMA. Muito obrigada por vocês nos provocarem, por trabalharem e por nos dizerem como construir hoje o futuro. Quando você perguntou, Leandra, quais são as três pessoas que nós amamos, eu tive que fazer uma reflexão muito breve, e confesso que não me coloquei entre elas. Mas coloquei as duas pessoas que me trouxeram ao mundo: meus pais. Hoje, eles já não estão mais neste mundo, já são falecidos, morreram precocemente, um com sessenta e dois anos e outro com sessenta e três anos. Morreram muito jovens. Hoje, eu olho para todos os 60+ pensando: como eu gostaria que este estado fosse voltado para a construção de um mundo melhor para as pessoas 60+, 70+, 80+, 100+. Eu gostaria que meus pais tivessem tido o privilégio de viver, deputado, num estado que cuidasse da política pública voltada a esse público. Eu concordo com você, Juliane, que é preciso pensar e fazer a provocação acerca do orçamento. Precisamos pensar sobre o que estamos fazendo com essa política pública e sobre o que fazer sem orçamento para fomento de políticas públicas estruturantes. É necessário pensar no presente e no futuro. A população mundial está envelhecendo. Agora, como nós vamos envelhecer?... Nós temos um grande desafio na Secretaria de Estado da Cidadania. Quero agradecer à senhora Zirleide e a toda a sua equipe pela importante atuação nesta área. Eu estou vendo ali o Paulo Ângelo, a Larissa, os quais têm feito também um excelente trabalho nos setenta e nove municípios do estado para o fortalecimento da política pública. Eu e meu querido amigo e parceiro, José Sarmento, secretário adjunto da Secretaria de Estado da Cidadania, não medimos esforços para, com todos vocês, fazer as devidas provocações, para olhar para os setenta e nove municípios e mostrar que esta política pública é de todos nós. Precisamos deixar aqui um estado, um país, que entenda que o envelhecer é legal, é necessário, e é um direito de todos nós. Parabéns, deputado! Que este seminário seja um momento de reflexão, de debate sobre políticas públicas. Muito obrigada.

DEPUTADO RENATO CÂMARA - MDB (coordenador da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa) — Quando você comentou sobre a UMA, eu me lembrei da senhora Neiva Horácio de Castro, a querida Neiva, que faleceu no dia 17. Ela era uma integrante da UMA. Que bom que vocês estão aqui. Bom, agora eu vou passar a condução dos trabalhos para a Zirleide. No final, abriremos para perguntas. Quero desfazer a Mesa. Nós temos muito trabalho em Rio Brilhante, assim como temos em todos os lugares. Obrigado a todos.

SENHORA ZIRLEIDE SILVA BARBOSA (subsecretária de Políticas Públicas

Para a Pessoa Idosa - mediadora) — Cumprimento a todos e agradeço ao deputado Renato Câmara pelo convite. Informamos que os palestrantes disporão de trinta minutos para suas apresentações. Após as palestras, a plateia poderá participar. Perguntas e sugestões deverão ser feitas por escrito. As fichas serão distribuídas pelo cerimonial. A Leandre Del Ponte vai falar primeiro, por conta do horário do seu voo. Ela é engenheira civil e especialista em Liderança Executiva. Ela é autora do livro "A Dona da Pensão". Iniciou sua trajetória pública como secretária municipal de Saúde em Saudade do Iguaçu, função que exerceu de 1997 a 2000. Foi deputada federal por três mandatos consecutivos, destacando-se como presidente de importantes frentes parlamentares, como a da Primeira Infância e a do Envelhecimento Saudável. Atuou também como procuradora da Mulher e representante do Brasil em missões internacionais, inclusive na ONU. Em 2023, licenciou-se da Câmara dos Deputados para assumir a Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Paraná, onde lidera políticas voltadas à equidade de gênero, raça e gerações. A palestrante disporá de trinta minutos para sua apresentação.

SENHORA LEANDRE DAL PONTE (deputada federal e secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa do Paraná) — Bom, mais uma vez, boa tarde a todas e todos! Acho que, por conta da emoção, esqueci de cumprimentar todas as instituições aqui representadas. Por isso, quero fazer uma retificação. Em nome da Defensoria Pública, quero estender meus cumprimentos a todos os órgãos e poderes que tanto também defendem as pessoas idosas: o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a Defensoria, a OAB. Quero cumprimentar, em especial, as instituições que hoje fazem um trabalho incrível para chegar onde, muitas vezes, o braço do Estado não chega. Meus cumprimentos e minha gratidão. Na Câmara dos Deputados, eu iniciei em 2015, e lá, como eu disse aqui para o deputado Renato Câmara, o envelhecimento era um tema muito pouco discutido. A gente tinha poucas oportunidades de fazer algum tipo de encaminhamento, de legislação, de coisas importantes. Era difícil incluir na pauta algum projeto de lei, porque lá nós tínhamos juntas as políticas de quatro áreas: saúde, assistência, previdência e família. Então, era difícil. Bom, no final de 2015, no primeiro ano do meu primeiro mandato, eu elaborei o projeto de resolução por meio do qual criamos na Câmara dos Deputados a Comissão Permanente dos Direitos da Pessoa Idosa. Hoje, a comissão é um grande instrumento para discussão deste tema tão urgente, tão importante: os direitos dos idosos. Depois, em 2016, quando houve uma reforma ministerial, eu propus a criação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas Idosas. A proposta foi aprovada. Hoje a secretaria desempenha um papel bastante relevante. E ano passado, eu tive o privilégio de ver aprovada a Política Nacional do Cuidado, outra lei de minha autoria, que vai mudar muita coisa na vida da gente. Com a aprovação dessa lei, o cuidado deixou de ser apenas uma

função social, ele passou a ser um direito. E aquilo que é direito do cidadão, é dever do Estado. Então, muitas políticas voltadas para aqueles que precisam de cuidados de longo prazo se tornarão realidade no curto prazo. Assim espero. Bom, mas hoje eu vim falar sobre o futuro. Eu tive a oportunidade de estar com o Papa Francisco numa certa ocasião, numa agenda bem particular, e ele dizia que o futuro da humanidade não é a tecnologia, a inteligência artificial, essas coisas que a gente está acostumado a ver na televisão, o futuro da humanidade é viver muitos anos. E as pessoas que talvez "concorrem" conosco já haviam nascido, e elas iriam viver mais de cem anos. No meu estado, o futuro já chegou. Nosso estado, assim como Mato Grosso do Sul, busca trabalhar o conceito de não deixar ninguém para trás. Hoje, nós podemos dizer que nosso estado é referência em políticas relativas ao cuidado. Em 2023, o governador Ratinho Júnior criou um organismo próprio para a política da pessoa idosa. Ele elevou a política da pessoa idosa ao status de Secretaria de Estado. Então nasceu o compromisso do "Paraná para todos". Ele criou uma secretaria específica, colocou toda uma estrutura de gestão, e colocou recurso. A presidente do Coegemas falou aqui sobre a questão do recurso. Não há como fazer política pública sem financiamento. E a gente teve a oportunidade de fazer um planejamento dentro das peças orçamentárias: na LOA, no PPA, na LDO. Tudo com recorte de gênero, raça e gerações. Afinal, a nossa secretaria é a Secretaria de Estado da Mulher, da Igualdade Racial e das Pessoas Idosas. Bom, agora eu quero falar um pouco do cenário do Estado do Paraná. O Paraná, em 2027, terá mais pessoas com mais de sessenta anos do que pessoas menores de quatorze. Esse dado é relevante para quem constrói políticas públicas. Porque muda tudo, muda o mercado de trabalho, muda o setor de consumo, muda o mercado financeiro, e mudam principalmente as políticas públicas. E a gente tem um desafio ainda maior. Por quê? Nós estamos preparando o Paraná para a conquista da longevidade e trabalhando para que as mulheres sejam protagonistas em suas histórias. Muitas mulheres que já cuidaram dos filhos abandonaram o mercado de trabalho ou foram demitidas porque não tinham como conciliar as duas coisas por falta de uma rede de apoio, hoje estão vivendo outro momento: estão tendo que largar o mercado de trabalho, desistir dos seus sonhos, para cuidar dos seus pais ou dos seus sogros. A pergunta é: como conciliar tudo isso?... Temos um estado que envelhece, que quer cuidar de todos, mas não se pode perder esse olhar, para que as mulheres possam ter cada vez mais protagonismo. E o censo nos revelou algo ainda mais impressionante, antigamente a gente percebia dentro de casa que os irmãos tinham mais vitalidade e que os pais estavam vivendo mais. Mas vejam! O censo comprovou que em, em doze anos, a população que mais cresceu no nosso estado foi a dos os octogenários. A população idosa cresceu mais de 60%, e a população com mais de oitenta anos cresceu 71%, em doze anos. Hoje, conforme os dados atuais, nós já temos mais de dois milhões de pessoas idosas, numa população de quase doze milhões de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO 10º SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA**

REALIZADA EM 26/06/2025

paranaenses, e temos já trezentas mil pessoas com mais de oitenta anos. Até bem pouco tempo atrás, aqui no Brasil, sinônimo de envelhecimento era perder a cor, desbotar e ficar invisível, se a pessoa fosse dependente de um terceiro para ajudá-la em suas atividades diárias. Agora, com essa quantidade de idosos, eles não mais ficarão invisíveis, é impossível. Daqui a poucos anos 30% da população brasileira terá mais de sessenta anos. É um desafio para as autoridades públicas. A longevidade é uma conquista, mas só se estiver acompanhada de qualidade de vida, respeito e dignidade. Bom, agora eu os convido a fazer uma reflexão. Nós nos preparamos para viver todos esses anos que conquistamos com a ciência, com a tecnologia, com a inovação?... Ninguém pensa nisso. Todo o mundo quer viver bastante; mas ninguém quer ficar velho, não é verdade? Mas o envelhecimento é um processo que começa no dia em que a gente nasce. Agora, é preciso acumular capitais, se quiser ter uma vida longeva e com qualidade. Acontece que as pessoas não costumam se preparar para isso. E o mais desafiador, digamos assim, é que ninguém se prepara para cuidar dos idosos tanto tempo. No passado, os idosos viviam até no máximo sessenta e cinco, setenta anos. Hoje, a realidade é outra. Quem aqui não tem pelo menos uma pessoa idosa na família? Muitos de nós aqui já passamos dos quarenta anos. Então, conforme a expectativa de vida, a maioria de nós já está na segunda fase da vida. E a gente sabe que, infelizmente, as pessoas não envelhecem da mesma maneira. E o envelhecimento se torna ainda mais complicado para os pobres, para quem tem menos acesso à educação, para quem depende de cuidados de terceiros, para quem nunca teve acesso a programas que promovem a autonomia, a independência, o envelhecimento ativo. E o envelhecimento é pior ainda para quem ainda hoje é vítima dos mais diversos e perversos tipos de violência. Este é o cenário não só do Paraná, é do Brasil todo. O Paraná tem, digamos assim, um dos envelhecimentos mais acelerados do país; e o nosso compromisso com o futuro tem de prever essas coisas, tem de produzir novos conhecimentos e novas respostas. Essa é uma nova demanda. E a gente não tem toda a expertise necessária para lidar com isso. Hoje, ainda há poucas pessoas trabalhando na área da política do cuidado. É preciso redefinir os modelos de serviços e fontes de financiamento. Não adianta ficar chorando, dizendo que não tem dinheiro para isso ou para aquilo. O Brasil vai precisar organizar seu orçamento para poder financiar, nos estados e municípios, tanto a política para o cuidado quanto a política para o envelhecimento ativo e saudável. Se a gente não cuidar das pessoas para que elas possam envelhecer com qualidade de vida, com autonomia e com independência, o SUS vai colapsar; a Assistência Social, nem se fala. Portanto, é preciso buscar novos modelos e novos serviços que atendam a essa pluralidade de velhices. E também é preciso buscar fontes de financiamento. Insisto: não há como fazer esta política tão importante sem dinheiro. E é preciso também tentar redesenhar os espaços públicos e a rede de serviços. Quantas

cidades são "inimigas" das pessoas idosas?... No Paraná, nós trabalhamos com as cidades amigas das pessoas idosas, com cidades preparadas para acolher as pessoas que envelhecem. Agora, em muitas cidades, país afora, a pessoa tem medo até de ir à rua, porque lá não tem calçada, ou porque tem muitas barreiras, enfim. Aí, a pessoa fica com receio de cair, de se machucar, e acaba ficando em casa. Situações assim tornam o processo de envelhecimento ainda mais desafiador para a pessoa. É fundamental, portanto, que o poder público estabeleça parcerias estratégicas. E tudo isso deve ser alinhado com a Agenda 20/30, com os princípios de hoje, com oportunidade para as pessoas idosas. No Paraná, nós inovamos quando criamos um sistema de governança robusto. Nós já temos o nosso conselho estadual, existente há bastante tempo, que faz um bom controle social. Mas quando o governador criou o órgão gestor, o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa já existia. E ele, via de regra, só recebia recurso advindo de doação de Imposto de Renda. Quando nós criamos a secretaria, colocamos um desafio para o Estado: fazer o fundo estadual ser operacionalizado como um instrumento de repasse, fundo a fundo, do Estado para os municípios; e que houvesse dinheiro do Tesouro dentro do fundo estadual, e não somente dinheiro de arrecadação advindo do Imposto de Renda. Esse modelo ainda é pouco praticado em nosso país. Não sei como é aqui em Mato Grosso do Sul, mas tudo o que nós investimos no Estado do Paraná em política para a pessoa idosa, as doações para os fundos estaduais ou municipais, ainda está muito aquém do ideal, não chega a 3% do valor investido nas políticas públicas. E lá nós temos o chamado Banco de Projetos, que foi criado com a finalidade de financiar projetos. Mas, hoje, a principal ferramenta de financiamento dos municípios pelo Estado é o fundo. E dá certo. No final eu vou falar um pouco mais sobre isso. Porém, dá certo porque, no nosso estado, os trezentos e noventa e nove municípios têm conselho municipal ativo. E, desses, só cinco ainda não têm o fundo municipal. Agora, para fazer um sistema público de transferência fundo a fundo, é preciso que os dois níveis de governo e de gestão tenham esse sistema. Bom. Em 2024, nós aprovamos uma lei estadual. No Paraná, deputado Câmara, os deputados são nossos parceiros, são amigos da pessoa idosa. Tanto é que todas as legislações apresentadas são aprovadas por unanimidade. O Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa é uma estratégia para preparar o nosso estado para o futuro. O programa instituiu uma política de Estado, normatizou as bases técnicas e jurídicas, integrou e organizou todos os programas setoriais do Estado. O Paraná tem muita política pública, nas mais diversas áreas: saúde, educação, esporte, assistência social, enfim, mas elas são fragmentadas. Agora, a pessoa idosa necessita de atenção integral. E a lei vem para organizar as coisas. Ela cria, ou inicia a criação, de um sistema de cuidados, cria uma transferência de renda para a pessoa idosa e para os cuidadores familiares, e institui um plano de investimento para os municípios paranaenses. Então, em resumo, as principais conquistas do Paraná, com a aprovação



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO 10º SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA**

REALIZADA EM 26/06/2025

desta lei, são: 1 - a rede de atenção à pessoa idosa; 2 - um ambiente onde todo o cadastramento dos equipamentos, dos serviços, dos programas e das ações disponíveis para a população idosa, de todas as cidades, estarão disponíveis para financiamento das políticas nos municípios. Agora, para o Estado fornecer um recurso para os municípios, ele precisa saber da realidade de cada um. Então, um dos objetivos da Rede de Atenção à Pessoa Idosa é fazer esse diagnóstico. E a partir desse diagnóstico, é possível fazer o investimento nas cidades. A lei cria também algo inédito no país: o Cadastro do Cuidador Estadual. Minha mãe, durante uns cinco anos, precisou de cuidadores. Gente, era encontrar pessoas dispostas a fazer o trabalho. Quem paga, claro, acha caro, porque não tem nenhum subsídio, mas o profissional acha pouco. O trabalho do cuidador é desvalorizado, não tem reconhecimento. Na maioria das vezes, esse trabalho é feito por mulheres, e exige dedicação integral; ou seja, ela não pode sequer tirar folga ou férias. Aliás, muitas adquirem problemas mentais por conta da sobrecarga. Quando criamos o Cadastro do Cuidador, no Paraná, criamos a possibilidade de o cuidador obter uma renda. Isso valoriza a pessoa que cuida, reconhece seu trabalho e, ainda, evita a institucionalização precoce e desnecessária da pessoa idosa. O melhor lugar para uma pessoa envelhecer é dentro da sua própria casa. Até um passarinho tem um ninho, nem cobertura tem, mas ele gosta de morar lá. Agora, imagine a situação de uma pessoa que viveu a vida inteira em determinado lugar e acabou passando por um rompimento de vínculo. Pensando nisso, a gente fez então o "Bolsa Cuidador Familiar", que é, na verdade, um aporte financeiro, uma transferência de renda para quem cuida e para quem é cuidado. Esta é uma forma de reconhecimento e valorização. Depois nós criamos também o "Bolsa Agenda do Saber". O que é isso? É uma transferência de renda para a pessoa idosa que já encerrou suas atividades profissionais, aposentou-se e depois empobreceu. Esta é uma triste realidade. Isso acontece porque a pessoa, além de ganhar menos e todo ano sua renda ficar menor, ela passa a gastar mais, porque o custo de vida dela se torna maior. Nessa fase, ela já não pode mais comer aquelas coisas comuns, ela tem de comer uma comida um pouco melhor por questão de nutrição, tem de gastar com mais remédio, tem de gastar com mais com saúde, higiene, limpeza etc. Acontece que nem todo o mundo tem condições financeiras para tudo isso. Então, na velhice, o dinheiro se torna mais curto. Vejam este eslaide. Aqui fala da eficiência do nosso fundo estadual e dos valores investidos. Em 2024, naqueles quatro programas, nós investimos 25,8 milhões de reais, valor histórico em nosso estado, fora todas as políticas relativas a outras áreas. Todas executadas exclusivamente pelo Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. Criamos também o Programa Viagem a 60+, que leva as pessoas a fazerem passeios turísticos, com a intenção de, além de construir experiências e vivências, estimular a pessoa a sair do isolamento e reforçar a cognição da pessoa idosa. Criamos também o Programa Cuida+, Envelhecimento Ativo e Saudável. Esse programa

passa dinheiro para os municípios contratarem educadores físicos, fisioterapeuta ou terapeuta ocupacional, para eles também promoverem atividades que façam com que a pessoa possa envelhecer de modo ativo e saudável. Criamos o Programa Cuida+ Acolhimento. É bem verdade que o acolhimento tem de ser a última alternativa. Mas quando há rompimento de vínculos ou ausência da família, é preciso que instituições de longa permanência preparadas, bem equipadas, prestem um bom serviço ao cidadão necessitado. Por isso, nós fizemos também um repasse de recursos para as instituições de longa permanência. Eu vi que aqui há a Universidade da Maturidade; lá no Paraná há a Universidade Aberta para as Pessoas Idosas, que, este ano, vai contemplar cento e dezessete novos municípios. As pessoas idosas terão acesso a essa política. Recentemente, o governador Ratinho Júnior destinou 150 milhões de reais para investimento em obras. No que diz respeito à política da pessoa idosa, a gente está cadastrando município que queiram aderir a um equipamento inovador, que se chama "Complexo Social Cidade da Pessoa Idosa". Eu trouxe as imagens, mas acho que elas foram excluídas dos eslaides. Mas, tudo bem. Imaginem vocês um parque de exposição. Aqui há CTG, que é um lugar onde há rodeio? Quantas vezes por ano acontece o rodeio? Poucas, não é? E na maioria das vezes acontece aos finais de semana. Acredito que aqui em MS seja como no Paraná, o povo fica desocupado só nos finais de semana, durante a semana todo o mundo trabalha. Mas imaginem um lugar como o CTG ou o Parque de Exposições! Nossa espaço lá é semelhante. Lá tem uma ótima infraestrutura, com terreno, com barracões, com várias coisas. E esses espaços ficam a maior parte do tempo desocupados. Então, nós instalamos lá a Cidade Amiga da Pessoa Idosa. Lá tem espaço cultural, espaço para atividades físicas, hidroginástica, espaço de inclusão digital; tem a Universidade Aberta para a Pessoa Idosa, para letramento; tem espaço para aqueles que gostam de jogar bocha, para quem gosta de jogar carteado, para as mulheres que gostam de ensaiar música, e tem também o famoso bailinho, além dos serviços da assistência, que atende aqueles que fazem parte do CadÚnico; tem também os serviços de saúde, que cuidam das pessoas, para que elas não adoeçam, para que elas possam tomar seus remédios de maneira correta, para que elas não percam as consultas, para que elas possam controlar sua pressão arterial, controlar o diabetes; tem também o refeitório, onde as pessoas idosas podem fazer a refeição. E o bom é que a pessoa pode, inclusive, passar o dia todo lá. Agora, nesse local, que já está em funcionamento no estado, a gente está elaborando um projeto para construção de um Centro Dia, também para ajudar aquelas famílias que têm uma pessoa dependente de cuidados, para o cuidador ter um respiro pelo menos uma vez por semana, ou para trabalhar. Conseguiram imaginar?... Então, a gente está desenvolvendo esse equipamento lá no Paraná. Eu quero compartilhar com vocês a nossa alegria. O Paraná já é o estado que tem o maior número de cidades reconhecidas pela

Organização Mundial da Saúde como Cidade Amiga da Pessoa Idosa. E agora nós somos reconhecidos pela Organização Mundial da Saúde como o primeiro estado do continente e um dos poucos do mundo como o Estado Amigo das Pessoas Idosas. Bom, agora vou falar um pouco sobre o assunto que me traz aqui. Eu gastei mais de 50% do meu tempo mostrando as ações do nosso estado para vocês entenderem o que estamos fazendo. Eu acredito que estamos obtendo resultados positivos. E fazer isso não é complexo, é, na verdade, simples, é a transferência fundo a fundo. Agora, para haver fundo, tem de haver conselho. Eu não sei como funciona aqui neste estado, se todos os municípios já têm seus conselhos. Se todos têm conselhos municipais, todos podem ter um fundo municipal, podem ter esse instrumento fundo a fundo. Talvez, seja necessário alterar a lei. Até porque há algumas leis referentes a fundo que não permitem a realização de transferência fundo a fundo para políticas contínuas, permitem apenas financiamento de projetos específicos. Mas, agora, pensem comigo! Se a política da pessoa idosa é importante, se logo, logo mais de 30% da população brasileira será idoso, fica evidente que será necessário ter orçamento para atender esse público. E vale destacar que a política da pessoa idosa não é setorial, hein! Eu sei que a maioria dos gestores aqui presentes são da Assistência Social, mas quero reforçar que esta não é uma política setorial, é uma política universal. A lei não diz que só tem direito aquele que tem menos, ou só aquele que tem a cor da pele assim ou assado. Não! A lei diz que têm direito as pessoas que têm sessenta anos de idade. Lógico que nós temos de trabalhar com a questão da equidade. Quando o "cobertor é pequeno", temos de criar critérios para poder atender as pessoas, obedecendo ao princípio da equidade. Sempre dando prioridade a quem mais precisa. Essa política é complexa, todavia, com alguns ajustes na lei, é possível criar um mecanismo que descentralize a política. Afinal de contas, onde as pessoas vivem? Em Mato Grosso do Sul. OK. Mas, onde? Se você não me disser o nome da sua cidade, eu nunca vou chegar à sua casa. Então, as coisas precisam acontecer onde as pessoas vivem: nos municípios. E a estratégia de se fazer a transferência fundo a fundo através do Estado para os municípios é simples porque não é necessário fazer nenhum convênio. Quem aqui já fez convênio alguma vez? Olha, fazer projeto já é 'um parto', não é? Agora, aprovar um convênio é mais complicado ainda. Executar um convênio, então, é mais difícil ainda. Agora, é fato que tudo o que fizemos trouxe mais resultado porque deixou mais simplificada e célere a transferência do recurso e também a forma de utilização. Claro que com muita responsabilidade. Por quê? Porque o conselho tem a responsabilidade de acompanhar o processo de execução e, inclusive, participar da tomada de decisões e depois da prestação de contas. No Paraná, foi estabelecido um requisito. Para o município poder receber o recurso, ele precisa ter um documento chamado ARCPF. Vocês conhecem? Aqui também funciona assim?... Bom. Precisa haver um conselho municipal paritário, meio a meio, em funcionamento; um plano municipal de política pública; fundo municipal

operante, com CNPJ e tudo mais. E a gente coloca a sigla ARCPF (Atestado de Regularidade de Conselho, Plano e Fundo). E lá nós temos um sistema, uma plataforma eletrônica, que se chama "CIF Sistac". É esse sistema que formaliza o recurso para o município que vai solicitar adesão e também o plano de ação. Formaliza também o acompanhamento do cofinanciamento. Quando eu cheguei ao Estado, ele já havia colocado 24 milhões de reais nos municípios. E pasmem vocês! Havia 17 milhões de reais parados nos fundos municipais. Então, também não adianta a gente brigar por financiamento e depois não executar. É preciso executar e prestar contas. O processo é bem simples. Vejam! A primeira fase é a formulação da proposta de financiamento. Cito como exemplo as obras. 150 milhões de reais. A gente fez uma proposta. "Olha, nós queremos fazer um investimento". Nesse investimento cabe o quê? Centro dia, centro de convivência, complexo do idoso, casa de acolhimento, entre outros. E cabe também reforma e ampliação. Aí existem as regras. É necessário apresentar o preço de cada uma delas, por exemplo. Depois de elaborada a proposta, é preciso levá-la ao Conselho Estadual para análise e aprovação. Após a aprovação da proposta, vem a implementação. Para implantar a proposta nos municípios, é necessário abrir um chamamento, para que municípios interessados possam aderir. No momento da adesão, o município diz o que pretende fazer. E ele precisa atender à resolução que foi publicada. Se tudo estiver certinho, o recurso é disponibilizado, fundo a fundo. No Paraná, isso nunca foi para execução de obras. Precisamos dar mais um passo. Obras de até dois milhões, nós vamos passar numa cota única. Aí o dinheiro vai para o fundo e fica lá. O município licita, sai o valor da obra; e se der menos de dois milhões, o valor é direcionado num único repasse. O município vai poder sair gastando do jeito que quiser? Não. Ele vai ter uma cláusula suspensiva. À medida que o Departamento de Fiscalização de Obras do Estado vai autorizando as medições, o prefeito já fica autorizado a fazer os pagamentos. E por que isso é interessante? Quando o dinheiro está na conta da prefeitura, a pessoa que vai tocar a obra vai ter mais segurança, ela não vai abandonar a obra, ela não vai ter que ficar esperando o Estado fazer o pagamento. Isso também facilita as coisas e economiza na execução das obras. Depois disso, o município executa o recurso, de acordo com seu plano de trabalho, porque antes de ele receber o dinheiro, ele já aprovou a proposta no Conselho Municipal. O dinheiro só é destinado depois que ele discutiu com o Conselho Municipal e recebeu a autorização. A partir daí, ele tem um prazo para execução; depois ele passa para a fase de prestação de contas, tanto para o seu conselho, quanto para o Estado. Então, é um ciclo. Eu vou deixar esta apresentação disponível para vocês. Aqui está o retrato do que eu disse, de modo mais explicado, do nosso sistema fundo a fundo. Quando eu fui secretária de Saúde e de Ação Social, na época, era tudo junto. Isso na década de 1990. Na época, a gente estava descentralizando o Sistema de Saúde, criando os conselhos, fazendo as conferências. Eu sei que vocês estão

em processo conferencial aqui no estado. Esta é uma grande oportunidade para as pessoas fazerem um diagnóstico da nossa política pública. Conferência dá muito trabalho, eu sei disso, mas também traz muito subsídio importante para nós que temos que formular as políticas públicas. Aqui, na tela, temos um guia que explica tudo, passo a passo. Se você quiser pegar o QR Code, podem ficar à vontade. Nossa sistema é eficiente, porque serve para a política da mulher, para a política da pessoa idosa e para a política da igualdade racial. E quero compartilhar com vocês o que o Papa Francisco me disse naquela ocasião em que eu estive com ele. Ele disse que o nosso desafio é fazer com que o jovem tenha esperança no futuro. Porque quando ele olha para a frente e enxerga as pessoas longevas, ele enxerga um naufrágio, uma tragédia, muitas vezes. E ele não quer isso para si. Então, o futuro já começou, e ele está em nossas mãos. Vitor Hugo disse que nada é mais poderoso do que a força de uma ideia cujo tempo chegou. E eu, durante muito tempo, na Câmara dos Deputados, falei para "as paredes" sobre envelhecimento. Foi muito difícil, deputado Renato Câmara, criar a Comissão Externa do Envelhecimento Ativo e Saudável, foi muito difícil criar a Comissão Permanente dos Direitos da Pessoa Idosa, foi muito difícil puxar deputados para o plenário, quando a gente precisava de quórum para deliberar sobre projetos de lei importantes. Mas esse tempo chegou. Porque, hoje, o envelhecimento bateu à porta de todos nós. Se nós já não estamos velhos, alguém em nossa casa já está. Eu gostaria que vocês refletissem muito sobre o que estou dizendo, porque pelo menos mais duas gerações vão precisar de muito cuidado, porque não se prepararam para envelhecer. E eu acredito que a minha será a última geração, aquela que será a resposta sobre o cuidado das pessoas idosas. Meus sobrinhos me dizem: "Ah, tia, você, que é a secretária dos idosos, a deputada dos idosos, resolva o problema. Eu vou viver a minha vida. E se não houver quem cuide do meu pai, da minha mãe, eu coloco no asilo." É bem assim. Eu não estou falando de ninguém, estou falando da minha família. Imaginem os desafios que teremos no futuro. Mas eu creio que a criança que existe dentro de cada um de nós nunca morre e que não existe tempo para sonhar. Eu quero que as pessoas idosas tenham o privilégio de viver muitos anos. Quero que Deus me dê muita saúde e vida longa, para que eu possa ajudar o deputado Câmara, a secretária Viviane e todos vocês que fazem essa política incrível de cuidar das pessoas. Eu quero que as famílias que não tiveram a oportunidade de cuidar de seus familiares possam tê-la, assim como eu tive a oportunidade de cuidar da minha mãe. Quero que todos tenham dignidade, respeito e acesso às políticas públicas. E quero que aquelas pessoas que não têm família não pensem que estão no fim da linha. Eu quero que elas consigam encontrar um lar, amor, respeito, valorização. Nós precisamos refletir. Amanhã será a nossa vez. Se não fizermos algo hoje, amanhã poderemos encontrar um mundo ainda mais individualizado, imediatista e egoísta. É preciso fazer aos seus aquilo que você gostaria que fizessem a você. Espero ter contribuído. Ficamos à disposição.

Nosso estado está de portas abertas a vocês. Eu fico feliz e agradecida pela oportunidade que tive de aprender aqui com a secretária Viviane e com o deputado Renato Câmara, que me falou de diversas legislações que fez em defesa das pessoas idosas de Mato Grosso do Sul. Eu acho que vocês gostam de mim, porque eu sou do jeito que vocês estão vendo. Comigo vocês não terão surpresa. Eu quero contribuir. Que Deus abençoe todos vocês com saúde e vida longa. Muito obrigada.

SENHORA ZIRLEIDE SILVA BARBOSA (subsecretária de Políticas Públicas

Para a Pessoa Idosa - mediadora) — Agradecemos à palestrante Leandra. Registrarmos a presença da senhora Camila Nunes, superintendente da Política de Assistência Social, representando, neste ato, a defensora pública e secretária de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, Patrícia Elias Cozzolino; da Juliana Medeiros, gerente da Rede de Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado de Saúde; do professor Henrique Aragão, do CCI Vovó Ziza; da Letícia Alves Correia de Oliveira, professora do CCI Vovó Ziza; da Cleuza Nascimento, coordenadora da Proteção Social Especial (Cead-MS); da Gabriele Concha, coordenadora do CCI de Porto Murtinho, neste ato, representando a primeiradama, senhora Maria Lúcia Barbosa Ribeiro; da Marlei dos Santos, gerente de Assistência Social de Itaporã; do senhor José Antônio de Souza, vice-prefeito de Tacuru; do senhor Izair Soares, secretário de Assistência Social de Rio Brilhante; da senhora Luiza Cáren Barbosa, secretário de Assistência Social de Maracaju; da senhora Vera Helena Acioli Pinho, vice-prefeita e secretária de Assistência Social de Três Lagoas; do professor Marlon Nantes, neste ato, representando o professor de Dejanires Neto, coordenador da Maturidade da UFMS. Pois bem, convido, agora, para falar sobre moradia para a pessoa idosa, a senhora Gilmara Andreia de Oliveira, gerente executiva da Proteção Social Básica, e a senhora Magda Daniele Félix Lucindo, técnica de referência do Programa Cidade Madura, junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento da Paraíba. A Gilmara é assistente social, acumula vinte anos de experiência na política de assistência social, atuou como técnica e coordenadora do Cras e do Creas, além de exercer funções estratégicas como assessora de gestão, secretária municipal de Icó, no Ceará, e multiplicadora estadual do Programa Criança Feliz. Desde 2019, é gerente executiva da Proteção Social Básica na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano da Paraíba. E a Magda é assistente social, com especialização em Política de Proteção Social; atua há mais de uma década nas áreas de assistente social e saúde. Ela acumulou experiências como técnica e coordenadora do Cras, assessora da Secretaria de Assistência Social em Riachão e assistente social na Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Marista de João Pessoa. Desde 2014, ela integra a equipe da Secretaria de Saúde de Guarabira, Paraíba, como assistente social da Emult. E, desde 2018, é técnica de referência do Programa Cidade Madura, vinculado à

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano da Paraíba. As senhoras dispõem de trinta minutos.

SENHORA GILMARA ANDREA DE OLIVEIRA (gerente executiva da Proteção Social Básica) — Obrigada! Boa tarde a todas as pessoas presentes nesta Casa de Leis! Eu estou imensamente feliz e orgulhosa de representar o estado da Paraíba neste décimo seminário. E como deputado Renato Câmara disse: hoje aqui temos muitos sotaques. Eu estou encantada com o sotaque do Paraná e com o sotaque de Mato Grosso do Sul. Agora, esta nordestina vai falar aqui. Eu venho falar da nossa experiência com o Programa Cidade Madura. Para nós que fazemos a gestão desse programa, é motivo de orgulho saber que deu certo em nosso estado e que vários outros estados já foram buscar a essência dessa experiência habitacional conosco e já a estão reproduzindo em seus estados. Cito como exemplo o prefeito da cidade de Tupanciretã, no Rio Grande do Sul, que nos visitou ano passado. Ele já estava construindo o equipamento, a ideia arquitetônica já estava em andamento. Ele foi colher a essência da gestão desse programa, voltado à pessoa idosa, aos 60+. E aí eu digo: voltado a quem passar dos cem anos também. Ações dessa natureza lançam um olhar sensível sobre as pessoas idosas e dá a elas o direito a uma habitação de qualidade, com acessibilidade e com respeito. A deputada falou aqui sobre o carteado, sobre o dominó. E nós temos, dentro da Cidade Madura, um redário, onde os idosos colocam suas redes, no final da tarde, e lá eles podem descansar. Nós costumamos dizer, brincando, que, além de descansar, eles vão para o redário para falar da vida alheia também... Mas, na verdade, eles vão dividir suas histórias, compartilhar coisas da vida com os seus amigos do residencial. Agradeço à secretária Viviane e à Zirleide, que estiveram no nosso estado recentemente, foram participar da reunião da Rede Nacional. Agradeço aos deputados desta Casa, em especial ao deputado Renato Câmara, que levanta muito bem esta bandeira da pessoa idosa. Desde quando foi prefeito e agora como deputado, sua atuação em prol da pessoa idosa sempre foi notável. Bem, eu inicio falando da composição do nosso governo, em nome do nosso governador, João Azevedo; da diretora da Companhia Estadual, Emília Correia.. Aliás, dentro da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, nós temos quatro políticas públicas. A Zirleide tem vinte anos de profissão. Eu sou profissional do Suas há vinte anos também. Eu estou muito orgulhosa com a área da assistência, haja vista que estamos num momento muito bom. Hoje temos vários secretários de Assistência Social e técnicos aqui presentes. Eu sou defensora e militante desta política pública, que é uma agente transformadora da vida das famílias mais vulneráveis. Lá nós temos também o nosso secretário de Estado de Saúde, o doutor Ary Mateus Reis, mais conhecido como Ary; o nosso secretário de Estado de Segurança Pública, Jean Francisco; o nosso secretário de Educação, José Wilson Santiago. E por que estou dizendo o nome de todos esses secretários? Porque o Programa

Cidade Madura é intersetorial! Então, essas secretarias estão todas presentes, materializadas, através de profissional cedidos aos condomínios que gerenciamos. O Cidade Madura nasceu, na verdade, em 2014, através da força de um decreto estadual; mas, em 2018, ele virou política pública de Estado, através da Lei nº 11.260. É importante frisar isso, porque ele é um programa que está dentro de uma política pública, e, como política pública de Estado, ele não tem fim, ele é contínuo. Ou seja, o gestor que entrar dará continuidade ao programa, às construções, à gestão dos equipamentos. E, em 2018, em 31 de dezembro, se não me engano, a lei estadual foi publicada. Hoje, nós temos uma lei, relativamente nova, mas, ela já está precisando receber ajustes, receber mais subsídios na gestão desses condomínios. E o que o Cidade Madura tem como objetivo principal? Tem a oferta de moradia digna às pessoas idosas, que tanto trabalharam, pessoas que tiveram trajetórias difíceis, negligenciadas, pessoas que enfrentaram violência e que, infelizmente, por várias razões, não tiveram o direito de construir uma moradia, de ter uma moradia própria. O Cidade Madura veio para garantir à pessoa idosa esse direito e oportunizar a convivência familiar e comunitária, porque os familiares têm acesso ao condomínio, eles visitam os seus entes; os idosos convivem com seus pares, com seus pais, com suas avós. Eu posso entrar e sair do condomínio a qualquer hora. A grande diferença do nosso conjunto habitacional em relação a outros é que ele é exclusivo para pessoas idosas. Ou seja, a família não reside lá. O cônjuge pode. Mas bastantes pessoas idosas moram sozinhas lá. A Política Nacional da Pessoa Idosa traz esses aspectos relativos ao direito à moradia e à convivência familiar e comunitária. E temos, também, a Política Estadual da Pessoa Idosa e a legislação maior sobre a pessoa idosa: o Estatuto. Então, há várias legislações que tratam do direito da pessoa idosa a uma moradia digna e acessível. Isso tudo traz um conceito ampliado de habitação, para que a pessoa idosa possa ter espaços de convivência no condomínio. Bom. Aqui nesta tela temos o mapa da Paraíba. Aqui vemos um amarelo mais claro e um amarelo mais escuro. Aqui a gente tem os municípios onde já funcionam esses equipamentos. Hoje nós temos oito condomínios em funcionamento, os três aqui em verde estão em andamento, em construção. Temos o de Mamanguape, ali em verde, o maior, ele já está quase pronto, possivelmente vamos inaugurar-lo em julho. Já fizemos o processo de seleção das pessoas idosas, já estamos com a listagem. A minha colega e técnica do programa vai falar um pouco mais sobre a questão dos quantitativos e sobre quantas pessoas foram listadas no processo de seleção. Bem, aí temos o valor dos empreendimentos. A previsão de custo dos que estão em andamento pode até subir um pouco, dependendo das questões necessárias. E aqui, em amarelo, são os custos finais das obras. Então, a Cidade Madura de João Pessoa fez onze anos agora, dia 20 de junho, se não me engano. Ela foi a primeira no estado. Com o passar dos anos, os preços das obras vão subindo. O último orçado já está na casa de doze milhões de reais. É bem caro

fazer um equipamento desse tipo, não é? Mas são quarenta unidades habitacionais. Agora, a geração da qualidade de vida oportunizada às pessoas é significativa. O olhar é diferenciado, a qualidade de vida é melhor, a convivência faz bem. Como as colegas que me antecederam disseram, eu costumo dizer que fazer política pública sem investimento, sem recurso, não tem jeito. É importante salientar isso. Sem dinheiro não se faz política, faz-se caridade. Caridade se faz com ajudas, com vaquinhas, com o que se pode fazer. O fato é que a gente está nesse processo conferencial sobre a pessoa idosa, assistência social, enfim. Como técnica do Estado, a gente vem batendo fortemente na questão da recomposição dos orçamentos, sobretudo no que tange à política de assistência, porque não há como fazer um serviço bem feito sem recurso. Não é possível. Inclusive, já que estou aqui nesta Casa que representa o Estado de Mato Grosso do Sul, aproveito para dizer que essa pauta tem de ser alavancada pelos estados e por suas assembleias legislativas, para que a PEC sobre o percentual de 1% para assistência social enfim seja aprovada. Eu sou trabalhadora do Suas há vinte anos. Acho que já participei de umas vinte conferências. Elas são realizadas a cada dois anos, não? Então, a conta é esta. Mas o fato é que a gente fica triste em saber que mais uma conferência nacional vai chegar, que mais propostas de orçamento serão apresentadas, e que talvez a PEC ainda estará em tramitação, a passos de tartaruga. Esta pauta é importantíssima, deputado Renato Câmara. Aliás, já quero lançar sobre o senhor aqui a responsabilidade de cobrar dos nossos deputados e dos nossos senadores que levantem em Brasília a pauta da assistência social, tão necessária para as pessoas idosas e para as famílias vulneráveis. Trabalhador do Suas é assim, onde chega tem de levantar a bandeira. O Cidade Madura é um empreendimento de habitação, está dentro da política de assistência social, está, inclusive, dentro da Gerência da Proteção Social Básica, da qual estou à frente; e dentro da nossa Gerência de Proteção Social Básica, a gente tem a Gerência Operacional do Programa Cidade Madura. O olhar para a implantação desse programa não foi meramente um olhar frio de implantação de um equipamento, foi no sentido de entregar uma casa. A casa é cedida, o equipamento é do Estado, não gera direitos sucessórios. Então, quando um idoso sai do Cidade Madura, o próximo a entrar será o próximo da fila de espera que estiver dentro dos critérios estabelecidos. Mas o olhar da Assistência Social, dos profissionais desta política, do Cidade Madura, para as pessoas idosas é extremamente necessário, extremamente agregador, pois é um programa de habitação. Isso dá certo. Tem dado certo há onze anos. Bem, agora eu vou falar um pouco sobre a lista dos nossos condomínios, por ano de implantação: o primeiro, em João Pessoa; Campina, 2015; Cajazeiras, 2016; Guarabira, 2017; em 2018 nós entregamos dois, o de Patos e o de Souza; Monteiro, 2023; Bayeux, nosso filho mais novo, 2024; e temos o de Mamanguape chegando, na iminência de ser inaugurado, possivelmente agora, em julho; e também temos dois em andamento, o de Catolé do Rocha

e o de Conceição. Esta semana eu fui à obra de Catolé do Rocha para conferir e vi que o processo está bem adiantado, e vai chegar um reforço. Em Conceição, nós teremos uma inovação, em termos de quantitativo habitacional. Bem, em cada condomínio há quarenta casas, com sala, quarto, cozinha e banheiro. E temos as áreas de convivência social. Temos também um núcleo de saúde voltado à assistência preventiva, que atende os idosos que estão ficando com a mobilidade reduzida; ele faz ponte com a Unidade Básica de Saúde do território. A gente sempre enfatiza que os municípios que têm o Cidade Madura têm de chegar junto. Ou seja, não é porque o Estado que construiu o condomínio que o município vai deixar tudo nas costas dele. Os idosos continuam sendo moradores do município, pagam impostos, geram renda para a cidade, e o município precisa continuar exercendo o seu papel. Antigamente, os idosos moravam de aluguel, em casas cedidas, em garagens. Nós ouvimos várias histórias, fizemos várias visitas de nos emocionar. Vimos idosos deixados à margem, negligenciados, violentados. Hoje, quando a gente vê os idosos falando do Cidade Madura, mesmo estando atuando nisso há anos, a gente se emociona, chora e agradece junto. O nosso Núcleo de Saúde funciona em parceira com a Secretaria de Estado de Saúde, até por isso o nome dos secretários sempre é mencionado. A Secretaria de Saúde cede os profissionais, que fazem a rede de cuidado junto com o município, cuidam, portanto, de maneira mais próxima, do idoso. No geral, temos enfermeiros e técnicos de enfermagem nas unidades, os quais fazem um trabalho paliativo, nada invasivo. O objetivo é verificar se o idoso está cuidando de sua saúde, fazer a ponte com o município, fazer a aferição da pressão arterial, no máximo da glicemia, enfim. Isso faz com que o idoso disponha de um acompanhamento melhor, dentro do Cidade Madura. Temos também os centros de convivência, que são espaços abertos, onde são realizadas atividades comemorativas, casamentos, reuniões etc. Inclusive, já foram realizados casamentos de moradores. A vida no Cidade Madura é normal. Inclusive, ocorrem brigas, confusões, relações interpessoais etc. Todo o mundo tem aquele vizinho do qual não gosta, não é verdade? Lá no condomínio também ocorrem essas coisas. Lá também temos a guarita do residencial. Eu digo que o condomínio é chique. Eu sou brincalhona mesmo. Sou uma mistura de cearense, paraibana e rio-grandense-do-norte. Bom, mas eu me lembro da visita que fizemos ao município de Monteiro, porque pretendíamos contemplar um idoso. E ele me dizia: "Não, minha filha, pode tirar meu nome dessa lista, porque eu não vou para essa Cidade Madura." Então eu disse a ele: por quê? Tentei convencê-lo e tal, porque ele vivia em condições precárias. E ele me disse: "Não vou, porque aquele local com muros, com aquela cerca elétrica, é um presídio. Eu já ouvi dizer que vocês ficam com o cartão das pessoas idosas. Vocês vão gastar meu dinheiro. Quando dá a hora, vocês fecham o portão, e não deixam ninguém sair." Então eu disse: o senhor está dizendo isso logo para mim? Olha, não tem nada disso; não é um presídio. Trata-se de um condomínio fechado, por isso

ele é murado. Gente, quando um Cidade Madura chega a um município pequeno, do interior, causa aquele estranhamento. Afinal, as pessoas do interior não estão acostumadas a ver condomínios fechados. Mas eu digo aos idosos: vocês vão morar em um condomínio chique. Condomínio fechado é chique, é para quem tem dinheiro. Mas ele não quis morar no Cidade Madura, e fim de papo. O vizinho dele foi, ele não quis. A gente entende. Nem todo o mundo se adapta ao Cidade Madura. Inclusive, já houve idosos que entraram e depois saíram por livre e espontânea vontade, porque não conseguiram viver em um condomínio, onde há regras, onde a pessoa não pode fazer o que fazia em sua casa e tal. Então, a vida no condomínio é normal, é pulsante. Bem, no condomínio também temos a guarita, onde geralmente os policiais ficam. Eles, no geral, são reformados, muitos deles são idosos também. E eles fazem a guarda diuturnamente do patrimônio do Estado. Então, nós temos segurança armada lá. É bem interessante. Normalmente são dois policiais, para que haja um revezamento. E temos também a Sala Administrativa, onde ficam os servidores e os coordenadores. Há uma equipe do Estado em cada unidade para gerenciar toda essa vida pulsante que há lá nos condomínios. E temos também a parte onde ficam os depósitos de resíduos. Aqui nesta outra tela temos a planta do nosso primeiro residencial de João Pessoa. Essas setas azuis são as rampas. Há uma rampa para a direita e outra para a esquerda. O acesso é muito bom. O idoso pode usar cadeira de rodas tranquilamente. As pessoas idosas com deficiência não têm nenhuma dificuldade para entrar no Cidade Madura. A única questão é que eles tenham autonomia para viver sós, ou com seu companheiro ou companheira. Em Monteiro, há uma idosa cadeirante de cerca de oitenta anos de idade que mora sozinha no condomínio, e ela se vira, toma conta da casa, da alimentação, das atividades diárias, e ainda dá conta da vida do condomínio todinho... A senhora Aline é um cheiro, é um ícone. Ela me ama. Quando alguém chega ao Cidade Madura, ela corre para saber quem é... Bom. Esta é a planta das casas. Elas têm sala, quarto e um banheiro bem grande, porque ele atende à questão da acessibilidade, ele tem todas as barras, tem a cadeirinha, aquela cadeira fixada na parede, a pessoa idosa pode tomar banho sentada, tem as barras no sanitário, tem piso antiderrapante, tem as portas já alargadas, a pessoas que usa cadeira de rodas consegue entrar e girar normalmente. E pode entrar e sair da cozinha com facilidade. E já foram feitas algumas alterações na planta dos outros residenciais. A rampa, em vez de ficar na lateral, fica bem na frente. Fizeram esses modelos mais novos de casa com a sala conjugada com a cozinha. E eu digo: agora tudo ficou moderno, sala e cozinha juntas. Eles estranham um pouco. Mas eu digo: isto é modernidade. A mobília também é muito boa, a mesinha é de granito, é tudo bacana. E temos os responsáveis pelo condomínio, que são dessas instituições que mencionamos aqui. "Ah, mas o que a Secretaria de Educação, por exemplo, tem a ver?". É que algumas pessoas idosas manifestam a vontade de voltar a estudar ou de aprender a ler e escrever.

Então, a gente montou turma de EJA no condomínio. A Secretaria de Educação nos cedeu profissionais que fazem atividades físicas e outros acompanhamentos com os idosos. O Município também nos cede profissionais. É muito bom. A gente tem também um programa interno chamado Programa Envelhecimento Saudável (PES). Nesse programa, temos fisioterapeutas contratados para realizar atividades preventivas, visando à questão da mobilidade. E se o idoso tiver indicação médica para fazer atividade curativa, os profissionais fazem o atendimento. Mas a prioridade é retardar ao máximo a ausência de mobilidade das pessoas idosas. E quanto às atribuições? Eu digo que a lei é muito resumida quanto a isso. Se a gente for listar todas as atribuições, todos verão que o que fazemos lá extrapola o previsto em lei. A Seap tem esse grande papel de construir o empreendimento, de acompanhar a obra e de pagar a conta também. Ela paga a equipe, que é chefiada pela doutora Emilia Correia, os arquitetos e engenheiros, que fazem as plantas dos residenciais. Eles inclusive ouvem algumas sugestões nossas, porque nós estamos na ponta. Sempre que identificamos algum problema, passamos para eles. Um dia desses, verificamos que a lavanderia estava sendo instalada na parte interna da casa, mas os nordestinos não costumam ter lavanderia dentro da cozinha. Isso costuma ser feito em apartamento. E no último empreendimento, agora, de Maranguape, as lavanderias vão ficar na área externa. Isso é ganho de causa para os idosos, porque eles reclamam bastante da lavanderia ficar na cozinha. Nos próximos condomínios vai ficar tudo certo. Então, a Companhia Estadual de Habitação tem o papel de construir, fiscalizar a obra, acompanhar a entrega, a pós-entrega e também de realizar as manutenções necessárias na infraestrutura do condomínio. Raramente a gente entra com algum tipo de manutenção. Já aconteceu, mas não é algo rotineiro. E também ela está junto com a gente na gestão financeira do residencial, faz parte da comissão de acompanhamento da taxa de condomínio, da taxa de manutenção do condomínio, que, hoje, é 70 reais por idoso. O recurso serve para a realização de pequenos eventos e pequenos consertos. Hoje mesmo, os idosos dos quatro condomínios estão indo para Campina Grande, vão dançar forró no sítio São João. Os idosos de lá já os estão esperando. Eles vão fazer uma grande festa no sítio. A Secretaria de Desenvolvimento entra com a parte de logística, de funcionários, de materiais, e a Ceap realiza as ações maiores. A Secretaria de Estado entra com a parte da inscrição, da seleção, da contemplação e do desligamento. Vale lembrar que há desligamento, ou voluntário ou administrativo, no caso de a pessoa infringir o regramento do programa. "Vocês já tiraram pessoas idosas do residencial"? Já, sim. É uma dor, certo? É um 'parto' tirar uma pessoa idosa do residencial. Até porque a gente cria vínculos, laços. E há o processo histórico da pessoa, que pesa bastante. Mas, depois que a gente faz tudo, depois de esgotadas as possibilidades, a pessoa tem de deixar o condomínio. Então, a gente já teve de desligar pessoas, mas isso não é constante. Essa questão precisa ficar clara. A meu ver, o desafio maior do Cidade

Madura é desligar pessoas idosas. Não é fácil para a equipe, não é fácil para pessoa idosa, não é fácil para a equipe da gestão local. Bem, e nós entramos também com o monitoramento junto às equipes do programa; nós temos oito equipes em cada residencial. Nós entramos em contato com a rede do município, com a Rede da Pessoa Idosa, com a Assistência Social, que abraça o Cidade Madura no município e acaba fazendo essa grande parceria. Temos também, e vale ressaltar, a gestão financeira, esse olhar junto às coordenações, para que as taxas sejam aplicadas, direcionadas às suas finalidades. São encaminhadas as devidas prestações de contas, para que não haja nenhum problema, elas são fixadas em quadro de aviso e tudo mais. Eu digo: coloque na parede! Quem tiver dúvida, pode conferir. Então, não temos grandes problemas com relação a isso, até porque o recurso é bem pequeno. Mas já tivemos, inclusive, condomínio que tinha associação constituída, e os idosos mesmos destituíram a associação. Disseram que não estava dando certo, que não queriam mais fazer a gestão através da associação. Bom. Aí nós temos a composição das equipes. A Secretaria de Desenvolvimento Humano, dentro da Proteção Básica, tem uma gerência operacional do Programa Cidade Madura. A nossa gerente é a Edjane, que, por motivo de força maior, não pôde estar presente. Mas nossa técnica assistente social Magda veio representá-la aqui. E nós temos duas assistentes sociais, a Joilma uma delas, temos a gerente operacional, uma administrativa e eu, que me viro nos trinta, para mexer com Cras, Serviço de Convivência, Criança Feliz, Acessuas, DPC da Escola, tudo que for da Proteção Básica do Suas, mais o Cidade Madura. Certo? O Cadastro Único e o Bolsa Família também estão dentro da Proteção Básica lá na Paraíba, e também os centros sociais urbanos, que são aqueles antigos prédios que ainda fazem, hoje, atividades voltadas à pessoa idosa em nosso estado. A Proteção Básica responde por essas coisas. E, nos residenciais, a gente formou essa equipe mínima, com assistente social, psicólogo, coordenação, administrativo e uma ou duas auxiliares de serviço. "Mas por que vocês têm auxiliares de serviço?" É porque temos as áreas comuns, que precisam ser limpas. Cada idoso cuida da sua casa, e os funcionários cuidam dos espaços comuns. Então, a equipe é necessária e importante, pois ela mantém o equipamento bem cuidado e bem gerenciado. Era o que eu tinha. Muito obrigada.

SENHORA MAGDA DANIELLE FÉLIX LUCINDO (técnica de referência do Programa Cidade Madura, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano da Paraíba) — Boa tarde a todas as pessoas! Eu vou se breve. Então, existem alguns requisitos para a pessoa entrar no Programa Cidade Madura, e os principais deles são: autonomia física e autonomia mental. Ou seja, o idoso precisa ter condições de promover seu autocuidado e residir sozinho. Outro: ser residente na Paraíba há pelo menos dois anos; ter capacidade econômica para sua própria manutenção, pois há despesa com água e energia, que fica sob responsabilidade da pessoa idosa, bem como a taxa de condomínio. Quando

o idoso ingressa no condomínio, ele e os familiares assinam alguns termos de responsabilidade. Outro requisito é: não possuir imóvel em seu nome, nem no nome do seu companheiro. Outro requisito: vínculo familiar. Recentemente, eu e Joilma fizemos uma nota técnica norteadora para as equipes que trabalham nos condomínios, porque ainda há uma confusão muito grande, porque pensam que o Cidade Madura é uma espécie de instituição local de permanência. Então, o vínculo familiar precisa existir, precisa ser fortalecido, para que, caso o idoso seja desligado, principalmente por conta de ausência de autonomia, ele seja amparado novamente pela família. Então, a gente até colocou isso na lei. O artigo 6º diz: "A admissão da pessoa idosa no Programa Cidade Madura não exime os familiares do dever de ajudar e ampará-lo em caso de enfermidade." E, pasmem, minha gente! Por mais que a gente sempre reforce a questão do cuidado familiar, o nosso maior gargalo hoje, principalmente no condomínio de João Pessoa, que foi o primeiro, é esse. Eu sou a técnica mais antiga, estou desde 2018, participei da construção da lei, e antes de a equipe ser formada, nós já tínhamos três condomínios. A gente não participou do processo de inserção. Então, alguns familiares pensavam que o condomínio era uma espécie de instituição de longa permanência, mas não é. Infelizmente, quando há a ausência do vínculo, e quando ele não é fortalecido, a gente encaminha o idoso para a instituição de longa permanência. E como eu disse anteriormente, existem alguns instrumentos normativos e regimentais. Temos os termos de contemplação. Quando o idoso ingressa, ele assina tanto o Termo de Contemplação quanto os Termos de Compromisso. Certo? E quando ele é desligado, ele assina o Termo de Desligamento, seja desligamento por vontade própria, seja desligamento compulsório. Como a Gilmar já disse, a gente já precisou judicializar alguns casos, ir ao Ministério Público, participar de audiência. Uns quinze dias atrás, na cidade de Guarabira, teve uma. E existem notificações. Antes de chegar ao desligamento, a gente dá várias chances à pessoa, se é que posso dizer assim. Quando ocorre um descumprimento de regras do Regimento Interno, o idoso é notificado por três vezes, duas pela equipe local e uma pela gerência do programa. Se o idoso insistir em não cumprir as regras, ele é desligado. Cada residencial tem uma equipe. As agentes sociais fazem vários relatórios sociais, e caso a gente precise desligar o idoso por algum motivo de não cumprimento do regramento, nós temos o Jurídico, que nos dá suporte. Então, é aberto um processo de desligamento, tudo certinho. Bom. Por estar há muito tempo no programa, a gente faz algumas reflexões. Toda vez que a gente lê a lei, lê com um olhar diferente, como se tivesse descoberto alguma coisa que estava faltando. E um dos principais pontos a se observar é o vínculo familiar. Nós promovemos reuniões com os familiares e as pessoas idosas, mas, por mais que a gente explique, os familiares esquecem que o Cidade Madura não é uma instituição de longa permanência. E há familiares que deixam a pessoa idosa lá e não a acompanham, nem fazem essa corrida quando ela perde a autonomia. E em alguns

residenciais, ainda há uma participação pequena nas atividades coletivas que nós fazemos. A gente respeita isso, porque cada cidade tem uma característica local diferente. Tudo bem. No município de Cajazeiras, a gente promove a festa de São João. A Gilmara passa a noite todinha dançando, e eu também. Mas a pessoa do residencial de João Pessoa não tem o costume de participar das atividades educativas que nós fazemos. A gente já tentou aplicar várias estratégias, mas não dá muito certo. Essa é uma característica da população local. Bem, o Programa Cidade Madura se constitui por política pública, em conformidade com a lei de sua criação, numa perspectiva intersetorial, reunindo elementos, tais como: acesso à moradia digna, cidadania, habitabilidade e efetivação de direitos, garantindo assim a legítima proteção social à pessoa idosa. Obrigada.

SENHORA ZIRLEIDE SILVA BARBOSA (subsecretária de Políticas Públicas para a Pessoa Idosa - mediadora) — Agradeço às palestrantes Gilmara Andrea de Oliveira e Magda Danielle Félix Lucindo. Convidado para falar sobre o tema "Plataforma do Envelhecimento Saudável em Mato Grosso do Sul" o professor doutor Ramon Moraes Penha, coordenador do Ambulatório de Gerontogeriatra e Cuidados Paliativos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O professor doutor Ramon Moraes Penha é enfermeiro, com especialização em Gerontologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre e doutor em Ciências. Atua como professor adjunto no curso de Enfermagem da Universidade Federal desde 2014 e coordena o Ambulatório de Gerontogeriatra e Cuidados Paliativos da instituição desde 2018. Possui experiência nas áreas de envelhecimento humano, cuidados paliativos, bloco cirúrgico e espiritualidade em saúde. Integra grupos de pesquisa voltados à dor, aos sintomas e à saúde da pessoa idosa, com expertise na avaliação multidimensional e em modelos assistenciais voltados para a terceira idade. O palestrante disporá de trinta minutos para sua apresentação.

SENHOR RAMON MORAES PENHA (professor, doutor e coordenador do Ambulatório de Gerontogeriatra e Cuidados Paliativos - CEI/Inisa/UFMS) — Obrigado, Zirleide. Oficialmente, boa tarde a todos. Vou pedir um boa tarde um pouco mais veemente. Boa tarde! Ótimo! Neste momento, o cérebro de todo mundo precisa oxigenar um pouco, segurar mais as três horas que eu tenho para falar. Ela foi gentil e falou só trinta minutos. Eu me sinto honrado de estar aqui nesta Casa e quero agradecer ao deputado Renato Câmara pela liderança da Frente Parlamentar, por ser um bandeirante na pauta da pessoa idosa do nosso estado e por provocar todos nós — acadêmicos, gestores, comunidade civil e, até mesmo, quem não gostaria de ser incomodado — a somar forças. Ouvi minhas antecessoras falando e fiquei impressionado com alguns números. O Estado do Paraná tem trezentos e noventa e nove municípios; o estado da Paraíba, duzentos e vinte e três; e nós temos apenas setenta e nove. Estamos, portanto, em um ponto de aprendizagem, nesta

tarde, que nos faz refletir sobre a nossa responsabilidade com as pessoas acima de sessenta anos no nosso estado e, sobretudo, com aquelas que ainda chegarão a esta idade. Nesse sentido, minha fala está direcionada a uma ideia que nasceu na academia e ganha forma com a energia da Frente Parlamentar e a articulação do deputado Renato Câmara: a "Plataforma do Envelhecimento Saudável" do Estado de Mato Grosso do Sul. Hoje, estamos promovendo aqui um pré-lançamento e apresentando algumas ideias iniciais. É muito importante termos em mente, neste momento, a importância da adequação de nossos interesses e ideais. Sabemos que, a cada minuto, uma pessoa completa sessenta anos, enquanto menos pessoas completam catorze, como foi bem mencionado pela deputada (e com toda a razão). Isso mostra claramente os desafios que enfrentamos em uma população e uma comunidade que envelhecem, muitas vezes, em meio a enormes discrepâncias sociais, econômicas e, logicamente, de saúde. Se vocês me permitem este exemplo: eu não posso falar de cabelos brancos, porque os meus começaram a surgir aos vinte anos! Mas, se olharmos para nós mesmos e compararmos nossa saúde com a de alguém da mesma idade, nos julgariam em condição melhor ou pior? Muitas vezes, vemos uma pessoa de sessenta anos com a saúde muito mais debilitada que a de alguém com oitenta anos. Agora, pensem na projeção: são vinte anos de diferença dentro de um grupo de 60+. É a vida inteira de um jovem! É uma distância impactante que precisa ser equalizada de maneira mais assídua. Você sabiam que uma pessoa do sexo masculino que completa hoje sessenta anos, mas que não tem o ensino superior, vive, em média, quatro anos e meio a menos que uma pessoa da mesma faixa etária com ensino superior completo? Além disso, quem mais sofre e morre em condições precárias no mundo são mulheres idosas, negras e não letradas. Essas desigualdades representam um grande desafio quando falamos de atividades da vida diária, que é a capacidade de preparar a própria comida, de ainda trabalhar ou mesmo de limpar a casa por conta própria. Hoje, uma pessoa idosa robusta — termo que vocês já ouviram aqui, que diz respeito a uma pessoa idosa, capaz de realizar todas as suas atividades diárias —, em menos de vinte e quatro horas, por causa de um evento como uma queda, pode perder essa capacidade. Em menos de um dia, uma pessoa idosa que acorda e vai ao mercado fazer suas compras pode, devido a problemas de comunicação, seja pela diminuição da acuidade visual ou auditiva, deixar de realizar uma atividade instrumental da vida diária e desenvolver o que chamamos de "síndrome do desuso". Esses são os desafios que enfrentamos a cada minuto e que as políticas públicas precisam considerar. O que não sabemos, nem em nosso estado nem no Brasil, é "quanto" estamos envelhecendo e, sobretudo, "como" estamos envelhecendo. As experiências do Paraná e da Paraíba nos mostram estratégias que procuram mapear essas questões e, ao mesmo tempo, intervir. O grande desafio é entendermos que o Brasil, sim, está envelhecendo, mas é preciso olhar além dos números. Hoje, somos trinta e três milhões de

pessoas no país acima de sessenta anos. Mas como essas pessoas vivem? Eu afirmo a vocês: nós não sabemos. O Brasil não possui um "radar" adequado para isso. Alguns estados têm estratégias nesse sentido, mas aqui, em Mato Grosso do Sul, as informações que possuímos são projeções etárias. Hoje, nosso estado possui, aproximadamente, 14,6%, quase 15%, da população acima de sessenta anos, o que equivale a mais de quatrocentos e trinta mil pessoas. À primeira vista, parece pouco, mas lembrem-se de que somos compostos por apenas setenta e nove municípios, e essa distribuição é desigual. Há municípios pequenos nos quais 21% da população tem mais de sessenta anos e municípios maiores nos quais esse índice é de 11%. A grande questão é: quem precisa mais de recursos? Quem tem 21% ou quem tem 11% da população idosa? Nós ainda não sabemos, porque não mapeamos essas necessidades, e esse é o nosso desafio daqui para frente. Dito isso, e expostas essas questões iniciais, sabemos que globalmente há um ranking de desenvolvimento dos países. Observa-se que a taxa de crescimento começa a cair a partir de 2010. Em outras palavras, no panorama global, a taxa de crescimento dos países está diminuindo desde 2010. No entanto, o número de pessoas no mundo não diminui — e isso pode ser observado na linha azul [no eslaide], que representa a tendência de aumento contínuo da população, enquanto a linha laranja aponta para a queda da taxa de crescimento. Essa dinâmica global indica que teremos, inevitavelmente, um colapso importante em praticamente todos os setores de atendimento ao ser humano no mundo. Quando falamos de indicadores específicos, olhamos muito mais para a expectativa de vida saudável, tanto ao nascer quanto ao longo da vida. Por isso, precisamos analisar os 66%, 67%, 68% dos dados e nos questionar: o que esses números realmente significam? O que precisamos observar melhor? Precisamos perguntar quem, no seu município, necessita de uma moradia específica; quem precisa ser direcionado a uma ILPI (Instituição de Longa Permanência para Idosos); quem demanda mais atenção à saúde; e quem necessita de maior assistência social. Atualmente, temos a capacidade, aqui em nosso estado, de mapear, rastrear e organizar sistemas de informações que nos permitam avançar em quatro direções importantes. A primeira direção importante é a de que precisamos entender que fazemos parte de uma estratégia global, seguida pela Organização Mundial da Saúde, e que existe um plano da ONU que norteia e orienta as ações de rastreamento e mapeamento. Assim, estamos pensando, no contexto do Estado de Mato Grosso do Sul, alinhados à agenda da ONU para 2030, que trata do trabalho em quatro grandes eixos voltados para pessoas acima de sessenta anos. O primeiro eixo é mudar a forma como pensamos e interagimos com pessoas 60+, conhecido também como intergeracionalidade. Assim, é necessário perguntar: quais estratégias têm sido desenvolvidas em cada município para promover processos educativos e pedagógicos que incentivem a intergeracionalidade? O segundo eixo é garantir que as comunidades promovam as capacidades das pessoas

idasas. Estratégias como a oferta de moradias adequadas e o acolhimento pela comunidade são exemplos importantes de como fortalecer essas capacidades. O terceiro eixo é entregar serviços integrados de Atenção Primária, priorizando aqueles que mais precisam. Finalmente, o quarto eixo, onde a plataforma está estruturada, é a entrega de cuidado a longo prazo. Aqui é fundamental esclarecer que cuidado a longo prazo não significa necessariamente internação em instituições de longa permanência. É consenso que o melhor lugar para ser cuidado é o ambiente domiciliar. Algumas pessoas, sim, precisarão de instituições, mas a questão é: quando e como iremos decidir, prever e estruturar o estado e os municípios para atender toda essa demanda? Esses quatro eixos são a base que sustenta a Plataforma de Desenvolvimento do Envelhecimento Saudável no Estado de Mato Grosso do Sul. Vidas mais longas trazem maiores desafios, e isso nos obriga a oferecer mecanismos e recursos — não apenas financeiros, mas também estruturais — para que os ambientes sejam adequados, a assistência eficaz e as interações justas. A experiência do Paraná ilustra isso claramente. Lá, o uso de CTGs (Centros de Tradições Gaúchas) favorece a interação entre pessoas idosas. E, aqui no estado, o que nós temos? Centros de convivência, locais-dia, academias da saúde, a Unapi. Quando vocês estão na UMI ou na Unapi, há colegas que também gostariam de estar nesses espaços, mas enfrentam barreiras, como a falta de transporte ou recursos financeiros para pagar um Uber ou ônibus, mas eles gostariam de estar no coral ou na sala de aula. Olhar para todos de maneira justa e equitativa exige indicadores robustos e um sistema eficiente que, com o uso de metadados, permita identificar e atender às necessidades individuais. Isso também é equidade. Nesse contexto, a proposta da Plataforma do Envelhecimento Saudável do Estado de Mato Grosso do Sul contempla três grandes domínios: o elemento população; a estrutura operacional; e os modelos de Atenção à Saúde. A experiência do Paraná merece destaque. Eles avançaram significativamente na estruturação de políticas públicas integradas, tratando não apenas da saúde, mas também da assistência social, permitindo uma visão abrangente que suporta a definição e acompanhamento de indicadores adequados. Isso nos leva a refletir que, ao abordar a longevidade, dois grandes elementos devem ser valorizados em qualquer ser humano: autonomia e independência. Ambas dependem de um elemento crucial, que chamamos de capacidade funcional. Essa, por sua vez, depende de capacidade intrínseca, que é aquilo que tenho de energia dentro de mim, e que também depende do ambiente em que vivo. Esses três elementos ajustados permitem o melhoramento e uma maior condução da autonomia — que é a capacidade de decidir — e da independência — que é a capacidade de fazer. Todo mundo aqui, em algum momento da vida, já perdeu a autonomia ou a independência, certo? Quem já quebrou um braço, por exemplo, deixou de conseguir fazer algumas coisas e vivenciou a dependência. E quem já foi impedido de usar o cartão de crédito para gastar um dinheirinho? Nesse caso, houve

uma limitação da autonomia. Eu quero gastar, mas não posso, porque não há condições. Esses momentos mostram a importância de refletirmos sobre essas perdas. Agora, imaginemos a necessidade de nos adaptarmos, ao longo da vida, às pequenas perdas de autonomia e independência. Quem irá nos ajudar nesse processo? Esse é um dado bastante significativo. Para elaborar a Plataforma do Envelhecimento Saudável em Mato Grosso do Sul, será essencial contar com uma rede estruturada de atenção às pessoas idosas, que envolva saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, lazer e outros elementos a serem trabalhados no âmbito da plataforma. Nesse sentido, a plataforma do envelhecimento saudável terá três grandes objetivos: agregação de dados: reunir informações sobre os principais determinantes do envelhecimento saudável no estado e apresentá-las em tempo real, por meio de um painel de indicadores relacionados às pessoas idosas, abrangendo não apenas dados de saúde, mas de diversas áreas; evidências para ação: oferecer dados confiáveis para a estruturação de ações e programas baseados em evidências, garantindo um cuidado integrado e centrado na pessoa idosa, especialmente na Atenção Primária, não somente à saúde, mas também em outras áreas de atendimento a essa população. Esse é o grande objetivo do observatório, e nós correremos contra o tempo para desenvolvê-lo e aprimorá-lo o quanto antes. Essa ferramenta, em tempo real, norteará gestores em todos os níveis no estado para a melhor condução de políticas públicas. Como foi apresentado nas falas anteriores, várias informações trouxeram dados robustos. Sem dados confiáveis e articulados, não há ação duradoura. E todos devem estar ancorados em políticas que independam dos gestores, o que é uma questão fundamental. O Painel Estadual para o Envelhecimento Saudável terá um papel abrangente, abordando temas como: o papel da família e da comunidade; o uso de informações sobre habilidade funcional; a coleta, em tempo real, de dados sobre essas habilidades; o desenvolvimento de aplicativos móveis para dinamizar as informações; a análise das desigualdades de gênero e do impacto nas necessidades básicas; a trajetória de trabalho e a transição para a aposentadoria; mapas geocodificados; e diversas outras possibilidades mediante o avanço de tecnologias leves e duras direcionadas para esse fim. A estrutura do observatório contará com: coordenação, equipe técnica, equipe de pesquisa, banco de dados, sistema de indicadores, plataforma de relatórios e, principalmente, parcerias e colaborações. Um dos grandes parceiros técnicos e institucionais é o Instituto Federal, junto com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Esse projeto está fortemente ancorado à Frente Parlamentar, representada aqui pelo deputado Renato Câmara, um grande articulador. Além disso, envolverá outras secretarias, subsecretarias e instituições públicas, privadas, filantrópicas e particulares. Eu aprendi um ditado com meu avô que diz: "Sozinhos somos feixes fracos, mas juntos nos tornamos feixes inquebrantáveis." Então, quando somamos as nossas intenções, nos tornamos sólidos o suficiente para construir uma

proposta robusta e longeva. Nessa direção, os principais indicadores serão, no momento oportuno, detalhados. Mas é importante compreendermos que há espaço para todos, e a exigência dos municípios que forem parceiros será a integralidade, algo fundamental. Isso porque é o olhar dos gestores sobre sua população — e não apenas sobre a população idosa, mas também sobre aqueles municípios que estão envelhecendo naquele território. Esse cuidado é fantástico. Particularmente, me sensibilizou muito a fala da deputada, que trouxe o tema do cuidado. O cuidado é o meu território, pois me instrumentalizei para isso. Assim, quando ouço um deputado ou gestor utilizar o termo "cuidado" com essa propriedade, vejo que ancoramos nossa confiança nessa proposta. E todos os envolvidos nesse projeto, compartilham esse olhar cuidadoso. Quando o grupo de trabalho se reúne — e a Irma também está aqui presente —, percebo que essa frente parlamentar é composta por pessoas entregues a essa pauta, todas elas comprometidas. Eu não quero citar um único departamento, porque posso acabar esquecendo o nome de alguns, mas é inegável que esta Frente Parlamentar cumpre um papel fundamental, é um marco no Estado do Mato Grosso do Sul e será, sem dúvida, um marco para o país. Tive, inclusive, uma rápida conversa com a deputada e soube que o Estado do Paraná não possui uma plataforma como esta. Eles estão desenvolvendo um caminho diferente do nosso. A apresentação de um indicador ao gestor parece fomentar uma grande revolução na aplicação e captação de recursos. Mas o que estamos propondo vai além disso: trata-se da organização sistêmica dos locais onde as pessoas idosas convivem. Esse projeto deixa de ser apenas uma ação isolada e se transforma em um programa permanente — como muito bem apontaram as colegas da Paraíba. É a permanência que traz transformação e mudanças. Nossa plataforma terá um design arrojado e avançado, e isso nos permitirá olhar para o nosso estado, para cada município, suas características e os indicadores específicos da população que envelhece em cada território. Atualmente, estamos na terceira fase do projeto, que é o pré-lançamento. Já desenvolvemos esse projeto há dois anos no âmbito do grupo de trabalho em um processo contínuo. A quarta fase será dedicada à identificação dos indicadores, quando ampliaremos essas discussões. Também realizaremos o treinamento de recursos humanos, coleta e análise de dados, geração de relatórios, avaliação e ajustes. Por fim, entraremos na fase de expansão. Ainda há um longo caminho pela frente, mas é um caminho sereno e firme, construído de mãos dadas, uma realidade diferente para o nosso envelhecer em Mato Grosso do Sul. Deixo aqui a minha gratidão, a minha honra e o meu agradecimento a cada um de vocês que estão presentes, seja fisicamente, seja à distância, nesse evento tão importante. Muito obrigado.

SENHORA ZIRLEIDE SILVA BARBOSA (subsecretária de Políticas Públicas Para a Pessoa Idosa - mediadora) — Agradeço ao palestrante, professor doutor Ramon Moraes Penha. Ao considerarmos as perguntas da plateia, que foram formuladas em fichas



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DO 10º SEMINÁRIO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLENCIA
CONTRA A PESSOA IDOSA**

REALIZADA EM 26/06/2025

distribuídas pelo Cerimonial, recebemos apenas duas perguntas direcionadas à palestrante Leandre Del Ponte, mas ela já se ausentou, então vamos solicitar que ela responda por e-mail aos remetentes. Agradecemos a todos pela participação e declaro encerrado o 10º Seminário Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa. Desejo uma boa tarde a todos e um bom retorno aos seus municípios. Convidamos todos vocês para o coffee break que será servido no saguão. Agradeço a todos (16h27min).